

50 ANOS DE ABRIL NA GALIZA



CARLOS PAZOS-JUSTO
ROBERTO SAMARTIM
(EDS.)

ATR **1** VÉS
editora



50 anos de Abril na Galiza
Carlos Pazos-Justo e Roberto Samartim (eds.)

1ª edição, março 2024
© 2023 AGAL
© (dos textos) As autoras e os autores

Associação Galega da Língua
Santiago de Compostela (Galiza)
atraves@a.gal
www.atraves-editora.com

ISBN: 978-84-16545-91-9
DL: C 379-2024

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Victor Giadás e Luigi Cavaliere
ADAPTAÇÃO E REVISÃO TEXTUAL: Roberto Samartim, Carlos Pazos-Justo e Luigi Cavaliere
DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Miguel Durão
IMPRESSO NA GALIZA: Sacauntos Cooperativa Gráfica

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

RÁDIO E EXÍLIO: ÀS QUINTAS-FEIRAS, EM *O NORTE DIA A DIA*, FALAMOS “PARA OS NOSSOS AMIGOS DA GALIZA”

Margarita Ledo Andiön

Rádio e exílio. Um meio pobre num não-lugar, o exílio. Uma organização pobre, a Unión do Povo Galego (UPG), situada na linha de sombra onde o vento não chega. Um país pobre, com imagem de pobre, como todo país de emigração, e com fragmentos de resistência, como restos com que construir a sua existência, a sua escolha, a sua intervenção na história em declínio. Às 19h30, todas as quintas-feiras, desde o Portugal da Revolução dos Cravos e desde uma estação pública, o Rádio Clube Português (RCP), o programa-miscelânea vespertino “O norte dia a dia” expandia-se, mudava de país, e durante 15 minutos falava “para os nossos amigos da Galiza”. Esta era a saudação cordial do condutor que dava entrada à língua galega na minha própria voz, irradiada do outro lado da raia.

Aquela pequena emissão semanal, aquela singularidade em língua galega no RCP, constituía um acontecimento, algo inesperado, e foi, em si própria, uma prática singular que deu origem a um espaço de emancipação no meio do tempo sufocante da ditadura. Nesses 15 minutos outra realidade tomava forma, ultrapassava a censura e outra Galiza acedia à existência. Na emissão a locutora não era identificada, o conteúdo era de contrainformação e não faltaram exemplos de luta social, democrática, política, e de iniciativas sindicais, vizinhais ou culturais.

GALICIA COM PORTUGAL, o graffiti que apareceu na mesma noite de 25 para 26 de abril de 1974, tomava forma simbólica num “Portugal com a Galiza” – e isso, como veremos, não foi uma questão menor –, para além de dar azos à militância, o nosso público-alvo, e sustentar essa engrenagem que rola e vai animando ações para a construção da esperança no porvir tendo Portugal como espelho. Aqui ao pé.

Vamos, portanto, atar o fio da história que é um dos objetivos que singularizam este tipo de ação. Situo-me, antes de mais, nas coordenadas de um período (1974-1975-1976) em que tudo era possível. E vou situá-los no exílio e, quiçá, num acaso generoso que me levou a fazer esta emissão inesquecível durante alguns meses, sem outros meios que os próprios, apenas com o que tinha em mãos. Dois esclarecimentos, antes de mais, sobre como consegui fazer esta secção, um programa cru

e nu, imperfeito e amador, desde uma emissora pública, num magazine popular que durava a tarde toda.

Devemos a iniciativa a um jornalista e escritor, José Viale Moutinho, que acostumava vir à Galiza, que mantinha amizades no mundo da escrita, nomeadamente com Manuel María e Méndez Ferrín, que tinha publicado em Portugal *Introdução ao nacionalismo galego*, que era alguém preocupado em conhecer e se comprometer com a Galiza. Uma pessoa próxima do Partido Comunista Português (abro um parêntese para comentar que, embora “não declarado”, o profundo dissenso entre o PCP e o PCE jogou a meu favor e tive grande apoio de militantes do partido de Cunhal a nível logístico, na distribuição de propaganda, nos atos que lá organizava, no suporte dado a determinadas campanhas, e lembro-me sempre da razão que o meu contacto, Carlos Costa, me dava relativamente àquela posição de distanciamento não beligerante com o PCE: para não enfraquecer o “movimento comunista internacional”).

O segundo esclarecimento tem a ver com a crença de que era possível fazê-lo, que era preciso perder o medo. Esta atitude chegava do México, da figura de Carlos Velo e, nomeadamente, de Lois Soto, que todos os verões vinha ao Porto. Minha dívida para com o México tem muitas faces, tanto no otimismo quanto no método, em mudar uma peça de lugar e negociar para que as coisas possam avançar.

Acredito que a experiência radiofónica que agora relato colocou o nacionalismo galego contemporâneo no centro de todas as preocupações. Portanto, para encontrar algum paralelo no exílio republicano, vou ao México, para a transmissão dos domingos de manhã em que os locutores se despediam dizendo: Carlos Velo, de Cartelhe; Lois Soto, de Vilanova das Infantas, Lois Soto de Podente, depois. Vou para a Emissora XESM e para os 10 anos de programas antifascistas até que um Ministro de Información y Turismo, Manuel Fraga Iribarne, o coloca na mira da sua espingarda de caça: “llevan muchos años injuriando a la Patria”, replicou a Xosé Luis López Cid quando este quis mediar para levantar o sequestro da revista *Vieiros* no aeroporto de Barajas, a revista que editaram quando não puderam continuar com o programa de rádio.

Quanto a mim, só posso falar do exílio numa perspectiva fenomenológica, atravessada pela minha experiência do exílio e por um exílio diferente daquele provocado pela derrota na Guerra Civil. Um exílio consequência da militância na UPG, um exílio decidido como parte dum

programa que na altura chamávamos de libertação nacional e social. Aos 23 anos passei para a clandestinidade. Passei para a clandestinidade na sequência duma ação de propaganda – de inovação tecnológica nos modos de chamar a atenção e de aceder a lugares difíceis para a propaganda –, duma ação que foi considerada pelo Regime como um “ato de guerra” a que se seguiu uma ordem de “caça e captura”. Era julho de 1974. Em setembro fui enviada para o Portugal pós-25 de abril, para o país que poderia tornar-se a nossa primeira fronteira exposta, no lugar de teste da relação com um outro, tão perto/tão longe, que mal sabia alguma coisa da categoria nodal que tinha para nós, comunistas galegos, a reivindicação da nação.

Regressaria oficialmente em novembro de 1976, para ir até ao “Tribunal de Orden Público” (TOP), em Madrid. Às escondidas, não cruzei o Minho uma vez, como Lois Soto, senão sete vezes sete, e também a raia seca. Eis as coordenadas em que deve ser enquadrado este artigo.

Quanto à rádio, eu, que me tinha formado para o exercício do jornalismo escrito em Barcelona, sempre utilizei essa possibilidade como um suporte alternativo, como o lugar onde a voz humana adquire o seu mais alto nível de credibilidade e empatia, como o meio de comunicação mais hipertático e direto, o mais versátil, que se adapta como uma luva ao objetivo da agitação. Em 1973 participei em Lugo, na SER, no espaço “Galicia Sempre”, cuja sintonia, o Hino do Antigo Reino da Galiza, interpretado por *Los Relámpagos*, também identificava a nossa emissão semanal no Rádio Clube Português, e em 1985 em Barcelona, desde uma emissora pirata atrás da qual estava Olegario Sotelo Blanco, assinei outro espaço totalmente *in*, “A raia do índio”, cujo cabeçalho foi um presente de Luís Seoane, duma das suas *Comunicacións* na rádio de Buenos Aires e que ele me tinha dedicado na desaparecida Librería Alonso da Praça do Campo de Lugo, justamente no ano em que terminei a licenciatura. Entre estas minhas duas incursões na radiodifusão está a emissão às quintas-feiras, às sete trinta horas, desde as ondas do Rádio Clube Português.

Evitarei propositadamente certos resíduos de lirismo, esse pensar-me a mim própria nos tempos de exílio como uma personagem diferente daquela que agora faz memórias; quero ultrapassar qualquer tipo de emoção pessoal, e não porque ensaie achegas de tipo histórico – o que não preciso e não teria condições de fazer – mas porque considero esse percurso, o exílio, como natural. Porém, o valor que lhe ponho tem

mais a ver com certos sintomas de incompreensão e com os obstáculos que aturou, no seu próprio processo de definição e na sua prática, a esquerda marxista galega que tinha incorporado a questão nacional na luta antifascista e democrática, obstáculos ativados desde organizações de obediência estatal. E como não costumo esconder as fontes, vou dar, quando chegar a hora, um, dois, três nomes.

Antes de continuar, quero expressar a minha dívida, tanto no método como no otimismo, em pensar o impossível, em mover uma peça de lugar para que as coisas possam avançar, precisamente para com aquela equipa agit-*prop* que se foi entrançando em volta do Padroado da Cultura Galega no México e em particular ao camarada de meu, Lois Soto. De certa forma, desci do “Sinaia” ou do “Ipanema” e me encontrei no cais de Veracruz, num não-lugar que só iria tomando um perfil reconhecível através da ação. Eles já tinham publicado no ano 1944 *Galicia bajo el terror*; nós organizámos em setembro de 1975 um comício no Cinema Batalha – com todas as organizações da esquerda portuguesa até o PCP – contra os conselhos de guerra. Eles articularam a Alianza Nacional Galega; no Porto, na sede do Movimento Democrático Português (MDP), foi apresentada a Assembleia Nacional-Popular Galega (ANPG) – por certo, Vilas Nogueira tinha sido, digamos, o conselheiro porta-voz – Eles editavam o *Boletín de Información Galega* (monolíngue); nós levámos para o interior (Galiza) os clichês da imprensa clandestina e desde território amigo o programa no RCP. Eles, com o passar dos tempos, fizeram *Vieiros*; nós, em edição cuidada, as *Bases Constitucionais* para um pacto federal ou uma lindíssima história em quadrinhos, desenhada por Xan Casabella, publicada na INOVA com todas as cores, que passou pela raia seca. Aos quarenta anos em *Vieiros*, em 1989, nós intitulamos aquela empresa como “O Último Organizador Coletivo” e escrevemos:

Refugiados no México, opositores que acreditam na unidade entre experiência e consciência, entre atitude e opinião como parte da ideia transformadora do real, um grupo de republicanos galegos responde ao cessamento das suas emissões de rádio com uma bofetada precisa e ativa: a articulação de uma revista interdisciplinar – da Ciência à Literatura, era preciso sublinhar –, com diretor artístico – Arturo Souto –, plural no texto e com um perfil editorial cravado na pedra, no buxo, nos metais para que os objetivos de base fossem já guieiro e todos soubessem que tocavam uma revista galega de nação.

Como o Distrito Federal para eles, o Porto foi para mim o lugar da propaganda, da infraestrutura de apoio ao *interior* e do estabelecimento de redes de boas relações, relações boas que foram tecendo o pano subtil do reconhecimento e para as quais muito me serviu o leitorado de galego na Faculdade de Letras -com o Doutor Óscar Lopes como Decano-, o grupo coimbrão de Aníbal Almeida, Joaquim Namorado, e entre eles uma personagem que sempre me puxava pela mão: Viale Moutinho. Assim, o Portugal de abril abriu para nós a primeira fronteira, para o interior e para o exterior, e proporcionou-nos segurança e solidariedade para fazermos voar as mensagens com o seu efeito multiplicador: porque a primeira função da propaganda – como bem sabem – é para os nossos, para aqueles que estão a lutar em qualquer lugar; a propaganda estabelece um núcleo de afetos que vai contra o desejo de resignação, que combate o desejo de morte. E nesta função é preciso igualdade, é preciso ter meios como os outros e por teres meios como os outros comesças a achar que tens a força suficiente para construir a tua posição. Já és como quem fala da Rádio Pirenaica ou da Rádio Moscou. És como o Manuel Alegre desde o Argel.

Um exílio, insisto, diferente do republicano. Eu era, na verdade, uma “sem papéis”. Andava fora da história porque não vinha duma organização reconhecível, porque o meu pano de fundo era uma teia de aranha que Paula Martins – uma das minhas alcunhas – ia articulando de modo fragmentário, de modo contingente e com um tudo-nada de melancolia entre siglas como, nesta ordem de aparição: LUAR, MES (desde o CIDAC), MDP, MFA, PCP, e através de instituições, por exemplo a Universidade do Porto, para onde as editoras galegas enviaram um pacote de fundos, a Cooperativa da Árvore, a Fundação Gulbenkian, que financiou as I Jornadas da Cultura Galega no Porto, a Livraria Académica e a Leitura ou a Tabacaria de Caminha, onde se vendia a nossa imprensa clandestina. E através de pessoas chamadas Avelás Nunes, Óscar Lopes, Calvet de Magalhães ou Cal Brandão, o governador do Porto, membro do PSP, que foi figura central quando, depois do verão de 1975, começou a perseguição às pessoas estrangeiras por parte da Polícia Judiciária.

O programa de rádio nasceu, como tudo o resto, do contacto direto e da confiança na pessoa que me acompanhava, Viale Moutinho. E apesar de brevíssimo no tempo, tem duas etapas. Uma primeira em que, ao pé da minha voz, intervém a de um locutor português que, além das manchetes e por vezes da síntese de algumas notícias, faz a apresen-

tação: em “O norte dia a dia”, às quintas-feiras falamos dos problemas que têm a ver com o povo galego; ou, a que mais se popularizou, a variante “falamos para os nossos amigos da Galiza”. E uma segunda etapa, logo após o programa de 16.01.1975, em que só eu falo, em que a voz do locutor desaparece. A sua última contribuição foi sobre um escrito de solidariedade entre professores portugueses e trabalhadores do ensino da Galiza, introduzia a nova sobre a “imprensa democrática” que era editada aqui (*Fouce, Lume, Xerme, Adiante, Terra e Tempo...*) e despedia-se a dizer: “no próximo programa, especial interesse para a comarca do Ribeiro. Para que servem as celulosas?”

Mas no programa que se seguiu esta voz amiga não apareceu. E a partir de então “teci sozinha a minha teia” (como os versos rosalianos), peguei a secção das quintas-feiras em “O norte dia a dia” sem esse grande apoio. Foi, como dissemos, a partir do programa do dia 16 de janeiro, e este é um dos espaços que se conservam completos no arquivo sonoro do Consello da Cultura Galega. Concentra seu conteúdo no chamado “Juízo dos 23”, um processo político contra 23 trabalhadores galegos para os quais foram solicitadas penas de até 17 anos em relação com as lutas de março de 1972 no Ferrol e acusações de associação ilegal, assembleias, ataque à polícia e até terrorismo. O programa contou com uma seção de documenta que recapturou os acontecimentos que levaram ao 10 de março e aos assassinatos de Amador Rey e Daniel Niebla. Uma segunda notícia dava conta da proibição duma conferência a realizar por Camilo Nogueira sobre a industrialização e o clima repressivo foi completado com informações sobre o sequestro de filmes nas terceiras Xornadas de Cine de Ourense: *Os Suevos* de Díaz Noriega ou *Retorno a Tagen Ata* por Eloy Lozano, por exemplo. No intervalo “O meu país” de Xoán Manuel Casado, musicado e cantado por Miro Casabella. E na parte final o que o locutor do RCP já havia anunciado no programa anterior: a análise e as razões contra a instalação duma fábrica de celulose no município de Toém: A notícia deu conta de que os concelheiros, todos labregos, apesar das pressões, disseram não à celulose, por causa do que isso significa para a perda de trabalho na agricultura, para a poluição do ambiente, etc.

Aproximando-nos do final deste relato voltamos a tudo o que tem a ver com o silêncio, porque o desaparecimento da voz do locutor profissional não é inocente e vou contar – alerta a navegantes – o que aconteceu.

Aconteceu que um indivíduo da órbita da Junta Democrática que certamente agia por livre – quem precisar saber o nome pode consultar a Ata do encontro “Rádio e Exílio” realizado no Consello da Cultura Galega – foi direitinho ao Quartel da Região Militar do Norte – deduzo que quem lhe dá o contacto, sem saber da missão, é o Capitão Fortes – com uma teimosa inclinação: silenciar esses apenas 15 minutos semanais de emissão. A primeira coisa que argumenta é que tal espaço vai contra a “unidade antifascista”. Perante o estupor do interlocutor, sugere que desapareça, pelo menos, a voz do locutor português. Para que não haja dúvidas, diz que Portugal apoia o nacionalismo galego, entenda-se bem. Consegue isto último e que eu tenha de entregar o roteiro completo de cada programa para que o seu conteúdo seja revisto, se necessário, pela direção da emissora ou pela dinamização cultural do MFA. Devo dizer que eles nunca tocaram numa linha nem fizeram um comentário duvidoso sobre o material.

O espaço, portanto, continua avante. Até que o Capitão Fonseca, precisamente responsável pela dinamização cultural do MFA, ao fim de duas semanas deu ordem para interromper a emissão. Paula Martins – esse era o meu nome – solicita uma entrevista que também acontece no Quartel Geral na presença do meu valedor, o Tenente Coronel Corvacho. Tomo conhecimento, então, deste vaivém de um fantasioso informante que até insinua que eu poderia ser da polícia franquista. “É você?” disse de repente o Fonseca. Eu apenas respondo, com um leve movimento de testa: “Que é o que você acha?” E o programa continua até que um acontecimento externo, a tentativa de golpe militar de 28 de março – conhecida como RALIS, porque este foi o destacamento que, com Denis de Almeida à frente, primeiro confrontou a reação – era prelúdio à operação preparada por Frank Carlucci, da Embaixada Americana, para acabar com as perspectivas de revolução.

Esta experiência que, agora sim, chegava ao fim, criou um espaço de tipo informativo-interpretativo, feito duma só vez e sem possibilidade de regravação. As fontes? Em geral, as publicações sectoriais clandestinas: *Fouce*, das Comisións Labregas; *Lume*, dos Estudantes Revolucionarios Galegos; *Adiante* ou *Xerme*, do Sindicato Obreiro Galego, juntamente com recortes de imprensa que cada semana algum mensageiro trazia do interior e comunicados feitos em relação com campanhas específicas. Deu-nos muito jeito a aparição em *Xerme* dum personagem, *O Fandiño*, que se apresentava como “se calhar não muito espabilado, mas homem de bem”, protótipo de proletário simbiótico, com a sua leira de batatas,

que contava coisas estranhas que observava no comportamento da *patronal*, por exemplo as primas, até concluir que se todos os trabalhadores estavam na mesma situação o normal era unir-se. Uma espécie de notário visual e inocente da exploração e das armadilhas dos patrões para saltar uma legislação já bem mirrada.

Conhecer para transformar, ligar para a organização explicando as razões, a necessidade e as vantagens da união. Assim tão simples, tão atual. Como se fosse hoje. Troquem, nos *fait divers* que tiramos do *Fouce*, a carne pelo leite. “Pra quem vai o lucro dos bezerros?” foi intitulado. De maneira minuciosa botavam-se as contas de quanto custa a cria para demonstrar, empiricamente, e com o que se paga por quilo vivo, o lucro. Redondeando, ficam 4.000 pesetas por juvenco, sem contar as despesas de veterinário, trabalho, etc. E sempre uma pergunta no final: “querem nos explicar como vamos comprar o azeite, os livros das crianças, pagar os impostos... Já chega. Temos que nos reunir nas aldeias e exigir que nos paguem pelo menos 100 pesetas em vivo pelo preço do quilo”.

O binómio atualidade/proximidade pretendia misturar-se com a análise, com a explicação do contexto. A fórmula de contrários era muito utilizada. O sistema, simples e reconhecível, estruturou o mundo em dois: os maus e os bonzinhos. E optou-se por um formato padrão – longe das imprecações da agitação – para fortalecer essa função de organizador coletivo que lhe atribuíamos, desde Lenin, aos Meios de Comunicação Social.

No Arquivo Sonoro do Consello da Cultura Galega pode-se aceder, por exemplo, ao programa de 30 de janeiro de 1975, quase um monográfico sobre o 25 aniversário do falecimento de Alfonso R. Castelao e a proibição de várias conferências: da organizada pela associação Amigos da Cultura de Pontevedra até a do Club Cultural Valle Inclán de Lugo onde, aliás, iam falar Beiras, Casares e Ferrín. A música do programa dedicado a Castelao? Claro, *A Internacional*. Eram outros tempos?

Assim, desta maneira, do Rádio Clube Português, cada semana falávamos “para os nossos amigos da Galiza”.

Bênção!



Homenagem a Zeca Afonso (Castrelos, 1985). Fotografia cedida por Margarita Ledo